

EMBAIXADA DO BRASIL EM LISBOA

RELATÓRIO DE GESTÃO

EMBAIXADOR LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO

Encaminho relatório de gestão referente ao período em que ocupei a Chefia da Embaixada do Brasil em Lisboa (desde 3 de outubro de 2016).

CONJUNTURA POLÍTICA E RELAÇÕES BILATERAIS

2. O período de minha gestão à frente da Embaixada em Lisboa foi marcado por circunstâncias particularmente auspiciosas no que tange à recuperação da economia local, ao reconhecimento internacional dos méritos da gestão recente do país e ao estreitamento de laços entre os governos e as sociedades brasileira e portuguesa. Desde 2016, Portugal vive não apenas o alívio de sua saída da crise econômico-financeira na zona do Euro, mas ainda atmosfera de otimismo com o influxo de receitas importantes em áreas como turismo e mercado imobiliário, associado à percepção da estabilidade política portuguesa, sobretudo quando comparada ao atual convulsionado cenário europeu.

3. São simbólicos, nesse contexto, os êxitos da diplomacia portuguesa em eleições internacionais e iniciativas de destaque do país - a eleição do Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, e do Diretor-Geral da OIM, António Vitorino - a migração da Web Summit - maior conferência de tecnologia da Europa - para Lisboa e as eleições consecutivas de Lisboa como melhor destino turístico do mundo nos World Travel Awards. Na vertente bilateral, verificou-se nesse período movimento crescente da comunidade brasileira e do número de turistas brasileiros para este país, acompanhado de relacionamento político intenso e produtivo, de que são exemplo os reiterados apoios recíprocos e ações conjuntas em foros internacionais e as dezenas de visitas bilaterais de elevado perfil anualmente prestadas de parte a parte.

4. No meu período em Lisboa, estive em funções o XXI Governo Constitucional de Portugal, liderado pelo Primeiro-Ministro António Costa, do Partido Socialista (PS), cuja data de posse me antecedeu em cerca de um ano. A sustentação parlamentar do XXI Governo Constitucional dá-se com o apoio do Partido Comunista Português (PCP), do Bloco de Esquerda (BE) e do Partido Ecologista "Os Verdes" (PEV). Ao abrigo do regime constitucional iniciado em 1976, esse é o primeiro governo com suporte de partido à esquerda do PS, os quais, no entanto, não integram o gabinete governamental.

5. O arranjo incomum - que rendeu ao governo o apodo "geringonça" - fundamenta-se em acordos bilaterais formalmente subscritos pelo PS e pelos três parceiros da governação (acordos de incidência parlamentar), com a designação de balizas para a atuação do governo em áreas como a recuperação de rendimentos, legislação trabalhista, restrições a privatizações e investimentos públicos. As omissões são igualmente importantes, na medida em que desobrigam o governo de acordos em áreas de dissidências naturais, como a política externa - haja vista a posição historicamente apartada do PCP e do BE com relação à União Europeia e a OTAN, entre outras.

6. Minha gestão coincidiu temporalmente, ainda, com o mandato do Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, eleito no início de 2016 em plataforma eleitoral independente e oriundo do

Partido Social Democrata (PSD). O Presidente Rebelo de Sousa cumpre papel relevante no marco do semi-presidencialismo português - cujo equilíbrio entre "órgãos de soberania" por vezes depende da personalidade do Chefe de Estado. Após algum ceticismo inicial com relação ao arranjo governativo da "geringonça", Marcelo Rebelo de Sousa promoveu importante arrefecimento de tensões com a opinião pública e a oposição, a bem da estabilidade administrativa. Em momentos posteriores, marcadamente após os incêndios florestais de 2017, foi porta-voz de insatisfações pontuais, com efeitos concretos nas respostas do governo.

7. A presidência de Marcelo Rebelo de Sousa é caracterizada pela proximidade com a população e demonstrações públicas de envolvimento afetivo com os graves eventos do país e forte presença na mídia - traço também herdado de seu histórico pregresso como comentador televisivo de política. Os índices de aprovação de seu mandato são bastante elevados. Outra marca de sua presidência é o tratamento institucional das matérias governativas, em que raramente instrumentos legislativos sofrem veto presidencial e quando sofrem normalmente são apontados vícios de forma. Durante as últimas Jornadas Mundiais da Juventude, no Panamá, em que Lisboa foi anunciada como sede da próxima edição do evento, em 2022, o Presidente Rebelo de Sousa manifestou intenção de concorrer à reeleição em 2021.

8. Em 6 de outubro próximo, serão realizadas eleições legislativas no país, na sequência de eleições europeias em maio, e de eleição para o Governo da Região Autónoma da Madeira, em setembro. Pesquisas recentes apontam a provável recondução do Primeiro-Ministro António Costa ao Palácio de São Bento, mas com quadro de sustentação parlamentar ainda incerto, na medida em que o Partido Socialista poderá não alcançar a maioria absoluta e o possível acordo para renovação da "geringonça" pode diferir em alguns aspectos do arranjo atual.

9. São demonstrações do entendimento profícuo entre Brasil e Portugal as cinco viagens em nível de Chefe de Estado ou Governo ocorridas nesse período. Em 1º de novembro de 2016, o Primeiro-Ministro António Costa deslocou-se a Brasília para a XII Cimeira Brasil- Portugal - concomitante à XI Cúpula da CPLP; em 10 de janeiro de 2017, o então Presidente Michel Temer participou, em Lisboa, das exéquias do ex-Presidente Mário Soares; em 10 de junho de 2017, o Presidente Rebelo de Sousa e o Primeiro-Ministro António Costa realizaram as celebrações do Dia de Portugal, em São Paulo e no Rio de Janeiro; em 30 de agosto de 2017, o então Presidente Michel Temer foi recebido pelo Presidente Rebelo de Sousa no Palácio de Belém; e, em janeiro de 2019, o Presidente Rebelo de Sousa viajou a Brasília para as cerimônias de posse do Presidente Jair Bolsonaro e reunião bilateral.

10. No nível de Ministros das Relações Exteriores, o então Ministro Aloysio Nunes avistouse com o Ministro Augusto Santos Silva nas seguintes ocasiões: em março de 2017, em Brasília, para reunião bilateral; em julho de 2017, em Brasília, à margem da Reunião de Ministros da CPLP; em julho de 2018, em Santa Maria, Cabo Verde, no Conselho de Ministros da CPLP; e, em outubro de 2018, em reunião bilateral em Lisboa.

11. Destaco ainda as visitas a Lisboa dos Ministros de Estado: da Defesa (fev/17; jan/18); da Saúde (abr/17); do Desenvolvimento Social e Agrário (abr/17); da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (jul/17); da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (jul/17); do Trabalho e Emprego (nov/17; mar/18; dez/18); da Cultura (maio/18); da Transparência e da Controladoria-Geral da União (jun/18); do Esporte (jun/18; jul/18); da Educação (set/18); dos Direitos Humanos (set/18) e das Minas e Energia (out/18); e da Procuradora-Geral da República (set/18).

POLÍTICA EXTERNA E REGIONAL

12. A política externa portuguesa tem nos eixos europeu, atlântico, lusófono e, mais recentemente, também no eixo mediterrâneo, suas áreas prioritárias de atuação.

13. No tocante à União Europeia, Portugal tem sido grande apoiador do projeto europeu, com discurso pró-Europa em todas as áreas do Governo. Em diversas ocasiões, altas autoridades portuguesas expressaram que a UE tem contribuído significativamente para a construção da democracia e para a consolidação do desenvolvimento econômico e social da região, além de reforçar que Portugal tem mantido o "espírito construtivo" a favor da integração europeia. O país tem expressado, igualmente, a necessidade de diminuir as assimetrias entre os países-membros para que o bloco consiga responder aos desafios contemporâneos mais prementes e que possa ser efetivamente instrumento efetivo para a promoção da coesão e da solidariedade entre povos e cidadãos.

14. Sobre o "Brexit", Portugal tem também mantido posição coesa em relação às decisões da UE, lamentando, em diversas ocasiões, a decisão do Reino Unido de sair do bloco europeu. No início de 2019, o Governo português apresentou plano de contingência na eventualidade de não ser aprovado o acordo de saída do Reino Unido. O plano descreve uma série de medidas unilaterais para resguardar direitos comunitários aos cidadãos britânicos residentes em Portugal ainda sem registro permanente (cerca de 10 mil, de acordo com estimativas do Governo português). O referido plano garante aos cidadãos britânicos, ainda, o direito de residência permanente após cinco anos, bem como o reconhecimento das suas qualificações profissionais, das contribuições para a segurança social, do acesso ao Serviço Nacional de Saúde e das carteiras de motorista. Cabe ressaltar que o projeto em apreço contém "cláusula de suspensão" caso não haja reciprocidade do Reino Unido quanto às medidas de proteção aos cidadãos portugueses residentes naquele país.

15. Ainda sobre a União Europeia, vale ressaltar que, de acordo com o mais recente "Eurobarômetro", publicado pelo Parlamento Europeu em outubro de 2018, 78% dos portugueses consultados consideraram que o país se tem beneficiado por pertencer à União Europeia, percentual acima dos 68% do conjunto dos europeus inquiridos. De acordo com o levantamento, a maioria dos portugueses (72%) votaria a favor da permanência na UE em eventual referendo semelhante ao "Brexit".

16. Sobre o eixo atlântico da política externa, o Governo português tem ampliado sua área de interesse na América do Sul, especialmente no tocante à situação da Venezuela. Portugal possui importante comunidade lusodescendente naquele país e, por isso, tem expressado constantemente sua preocupação em relação a seus cidadãos frente à crise ora vigente na Venezuela. Portugal compõe, igualmente, o Grupo de Contato Internacional para a Venezuela, cuja primeira reunião foi realizada em Montevideu em fevereiro passado, e contou com a presença do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva.

17. Em relação aos Estados Unidos, o Governo português tem afirmado que Portugal passará a ser o país da União Europeia geograficamente mais próximo dos Estados Unidos após o "Brexit". Em visita àquele país, em junho de 2018, António Costa declarou que os empresários norte-americanos poderiam considerar Portugal como "segunda casa que lhes permita manter sua presença na União Europeia".

18. Sobre o eixo lusófono, ademais de sua forte atuação na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e diversos projetos de cooperação em curso com os países lusófonos,

Portugal tem procurado fortalecer as relações com Moçambique e Angola, que tinham sido alvo, nos últimos anos, de alguns percalços diplomáticos. No tocante a Moçambique, o Primeiro-Ministro António Costa participou, em Maputo, em julho do ano passado, da III Cimeira Luso-Moçambicana. Analistas políticos portugueses destacaram, na ocasião, o período de quatro anos passados desde a última Cimeira bilateral, bem como o desconforto criado entre os dois países em virtude da ausência de informações sobre a investigação do desaparecimento, em 2016, do empresário português Américo Sebastião, na Beira. O encontro cordial entre as duas autoridades em Maputo representaria um claro sinal de evolução no diálogo bilateral.

19. Com Angola houve um movimento ainda mais claro de aproximação, após a resolução do caso referente ao processo judicial movido contra Manuel Vicente, ex-Vice-Presidente de Angola, no contexto da Operação Fizz, com a decisão de maio passado do Tribunal da Relação de Lisboa de enviar a Angola o processo em questão. As visitas do Primeiro-Ministro António Costa a Luanda, em setembro passado, do Presidente angolano João Lourenço a Lisboa, em novembro de 2018, e do Presidente Marcelo Rebelo de Sousa a Angola em março deste ano, expressaram a chamada "normalização" das relações diplomáticas bilaterais.

20. Quanto ao Mediterrâneo, ademais de buscar o fortalecimento dos laços bilaterais, Portugal tem procurado maior engajamento com a região por meio dos foros multilaterais (ONU, UE, Diálogo 5+5, "Med Group" e a União para o Mediterrâneo - UpM). Sobre este último foro, realizou-se, em outubro passado, em Lisboa, a 4ª conferência de alto nível da UpM, sob o tema "Mulheres constroem sociedades inclusivas no Mediterrâneo". Além das relações históricas-geográficas e do comércio e investimento com os países integrantes (Marrocos e Argélia são os principais parceiros comerciais de Portugal na África, após Angola), a intensificação das relações com o grupamento coaduna-se, também, com a política de Portugal de promoção do desenvolvimento em países africanos, como forma de enfrentamento do terrorismo e da crise migratória.

DEFESA

21. A cooperação em defesa, para além de seus elementos tradicionais, ocupa presentemente espaço central nas relações bilaterais entre Brasil e Portugal, parceiros no desenvolvimento de alta tecnologia aeronáutica, com destaque para o projeto do avião cargueiro KC-390.

22. A posição da Embraer em Portugal tem sido fortalecida nos últimos anos, com o envolvimento incremental de suas estruturas fabris de Évora e da unidade de Alverca da OGMA - Indústrias Aeronáuticas de Portugal - na produção de partes de aeronaves comerciais e do KC-390. Os frutos da aposta no projeto KC-390 tornam-se palpáveis com o anúncio pelo Conselho de Ministros, em junho de 2017, de que o governo português decidiu adquirir cinco unidades do KC-390, com opção de mais uma, ademais de simulador de voo. Espera-se que brevemente possa ser anunciada a conclusão das negociações de compra das aeronaves, com a inclusão dessas operações na Lei de Programação Militar.

23. Há interesse de ambas as partes em avançar na integração de cadeias produtivas na base industrial e militar de defesa. Destaque-se, a respeito, a realização do I Diálogo das Indústrias de Defesa de Portugal e do Brasil, no Porto, em fevereiro de 2017, com a participação do então Ministro Raul Jungmann.

24. Militares brasileiros participam todos os anos de cursos de formação oferecidos pelo Ministério da Defesa e por instituições acadêmicas, bem como de exercícios das Forças Armadas portuguesas, inclusive em operações conjuntas no âmbito da OTAN e da UE.

25. Destaco, igualmente, a assinatura, em 2018, de Acordo Técnico entre os Ministérios da Defesa dos dois países para viabilizar a participação de militares brasileiros na Missão de Treino da União Europeia na república Centro-Africana (EUTM-RCA). Com o instrumento, três oficiais do Exército Brasileiro ora integram o contingente português em Bangui, com previsão de substituição semestral.

CANDIDATURAS

26. No plano multilateral, Portugal e Brasil mantiveram estreita relação de apoio em candidaturas a cargos em organismos internacionais.

27. Portugal apoia a candidatura do Embaixador Marcos Vinicius Pinta Gama ao cargo de Secretário-Adjunto da Secretaria-Geral Ibero-americana (SEGIB). Ademais, juntamente com os demais membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), endossou a candidatura do Brasil a um assento não-permanente no Conselho de Segurança (mandato 2022-2023). Portugal apoiou, também, a eleição da Deputada Mara Gabrilli ao Comitê sobre Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), mandato 2019-2022; do Secretário de Previdência do Ministério da Fazenda, Marcelo Caetano, ao cargo de Secretário-Geral da Associação Internacional de Seguridade Social (AISS), mandato 2019-2024; e às candidaturas brasileiras ao Conselho da União Internacional de Telecomunicações (UIT), mandato 2019-2022; e ao Conselho da Organização Marítima Internacional (IMO, categoria "B").

28. Brasil e Portugal trocaram apoios nas respectivas candidaturas a membros da Comissão de Limites da Plataforma Continental das Nações Unidas, mandato 2017-2022. Os dois países manifestaram apoio mútuo, também, nas exitosas eleições do Brasil ao Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO (mandato 2017-2021) e de Portugal ao Conselho Executivo da UNESCO (mandato 2017-2021).

COOPERAÇÃO JURÍDICA

29. Desde outubro de 2016, a Embaixada recebeu mais de 1200 pedidos ativos de cooperação jurídica internacional e recuperação de ativos (em sua maioria, pedidos de natureza cível).

30. Tem-se verificado queda nos pedidos de extradição, devido a reiteradas negativas de admissibilidade pelas autoridades locais, em grande parte, devido à aquisição ou atribuição de nacionalidade portuguesa.

31. Ademais dos casos regulares de cooperação jurídica internacional, cumpre mencionar que autoridades locais portuguesas e outras instituições demandam à Embaixada, diretamente, informações sobre o paradeiro de pessoas, no Brasil e em Portugal.

32. No período de minha gestão foram tramitados os seguintes processos de cooperação jurídica, judiciária e administrativa - civil e penal:

(i) pedidos novos transmitidos para as autoridades portuguesas por via diplomática: mais de 1200;

(ii) pedidos diligenciados pelas autoridades locais, tramitados e devolvidos pela Embaixada ao Brasil: 930;

(iii) pedidos de paradeiro: mais de 1400;

(iv) pedidos remetidos pelas autoridades portuguesas no âmbito de temas consulares: mais de 700; e

(v) demandas diretas de autoridades judiciais brasileiras: cerca de 30.

33. Em matéria cível, o nível de cumprimento das diligências situa-se próximo dos 65%.

34. Em matéria penal, as principais demandas são de comunicação de atos processuais, obtenção de provas, pedidos de informação, medidas sobre ativos (bloqueio, indisponibilidade de bens, direitos), localização de pessoas, reconhecimento e execução de sentenças, transferência de procedimento criminal (persecução penal, quando há a negativa de extradição e o Estado brasileiro transmite o processo para Portugal), medidas cautelares e assistência jurídica gratuita.

RELAÇÕES FEDERATIVAS E PARLAMENTARES

35. A Embaixada manteve interlocução próxima com parlamentares portugueses, dos quais merece destaque o Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Brasil. Desses contatos, verificou-se o forte interesse português em aprofundar as relações com o Congresso Nacional do Brasil e em estimular ações nas áreas de grandes temas da agenda bilateral.

36. Do lado brasileiro, além do número significativo de visitas e missões oficiais de parlamentares a Portugal, vale ressaltar também a recente reinstalação, em 5 de fevereiro de 2019, do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Portugal.

37. As raízes comuns no pensamento do Direito, o reforço de laços pessoais e institucionais e a crescente cooperação acadêmica têm fomentado um nicho particular e de elevado perfil de diálogo no campo político-jurídico. São exemplos desse intercâmbio o Seminário Luso-Brasileiro de Direito - atualmente em sua sétima edição, organizado pelo Instituto Brasiliense de Direito (IDP) em parceria com a Universidade de Lisboa - e os Seminários Internacionais de Direito do Trabalho - igualmente promovidos na Universidade de Lisboa.

38. Enuncio, a seguir, as principais missões e visitas de autoridades parlamentares e do Poder Executivo que contaram com o apoio do Posto durante minha gestão:

- do então Presidente do Senado Federal, Senador Eunício Oliveira (junho/17); do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Rodrigo Maia, em novembro/17, no âmbito do IV Seminário Internacional de Direito do Trabalho, e em junho/18, em visita oficial, quando se reuniu com o Presidente da Assembleia da República, Eduardo Ferro Rodrigues;

- dos Governadores dos Estados: do Pará (nov/16 e nov/17); Piauí (jan/17 e fev/17); Bahia (maio/17 e nov/18); do Rio Grande do Norte (out/17); e Distrito Federal (mar/19).

- dos Deputados Federais: Felipe Bornier (PROS/RJ), novembro/2016; Hildo Rocha (PMDB/MA) julho/2017; Carlos Eduardo Cadoca (PDT/PE), Luiz Lauro Filho (PSB/SP) e Valadares Filho (PSB/PPE), julho/2017; Julio Lopes (PP/RJ), outubro/2017; Paulo Azi (DEM/BA), José Carlos Aleluia (DEM/BA), e Efraim Filho (DEM/PB), novembro de 2017, Daniel Vilela (PMDB/GO), novembro de 2017; Jorge Solla (PT/BA), Carmen Zanotto (PPS/SC), Marcus Pestana (PSDB/MG), e Hiran Gonçalves (PP/RR), fevereiro/2018; Joaquim Passarinho (PDB/PA), maio/2018; Rodrigo de Castro (PSDB/MG), novembro/2018; Juscelino Filho (DEM/MA), Alexandre Serfiotis (PSD/RJ), Odorico Monteiro (PSB/CE), Diego Garcia (PODE/PR), Carmen Zanotto (PPS/SC), Eduardo Barbosa (PSDB/MG), janeiro/2019; e Antonio Brito (PSD/BA), fevereiro/2019;

- Prefeitos dos Municípios: de São Paulo, João Doria, abril/2017; Porto Alegre, Nelson Marchezan Júnior, novembro/2017; Estância Turística de Atibaia-SP, Saulo Pedroso, fevereiro/2018; Araraquara-SP, Edison Silva, novembro/2018;

- Missão da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), novembro/2018. Integraram o grupo a prefeita de São Bento do Uma/PE, Débora Almeida (PSB/PE), o prefeito de Abaetetuba/PA, Alcides Negrão (MDB/PA), o prefeito de Rio Grande/RS, Alexandre Lindenmeyer (PT/RS), o prefeito de Santa Clara do Sul/RS, Paulo Kohlrausch (MDB/RS), e o prefeito de Gurjão/PB, Ronaldo Ramos de Queiroz (PSC/PB);

- do Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), Dimas Ramalho, outubro/2017; da Deputada Distrital Telma Rufino (PROS/DF), novembro/2018; do Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Walton Alencar, fevereiro/2019; do Secretário de Turismo do Estado do Espírito Santo, Nerleo Caus de Souza, outubro/2017; do Secretário de Relações Internacionais do Estado do Ceará, Helio Parente, julho/2018 e setembro/2018.

ASSUNTOS ECONÔMICOS

EVOLUÇÃO DA ECONOMIA PORTUGUESA

39. Alguns anos antes de minha chegada ao posto, Portugal havia enfrentado a mais grave crise econômica desde a restauração da democracia. Na esteira da crise financeira internacional iniciada em 2008, a crescente falta de liquidez do sistema financeiro português nacional e a contínua elevação das taxas de juros dos títulos da dívida soberana do país forçaram, em abril de 2011, o governo de José Sócrates (Partido Socialista) a pedir resgate internacional.

40. Em maio seguinte, Portugal firmou Memorando de Entendimento com o Banco Central Europeu, a Comissão Europeia e o Fundo Monetário Internacional (a chamada "troika"), por meio do qual o país recebeu empréstimo de EUR 78 bilhões, por três anos, tendo como contrapartida a adoção de rigoroso programa de ajuste econômico.

41. A implementação do programa deu-se já no governo do primeiro-ministro Pedro Passos Coelho, que sucedeu ao de José Sócrates, e baseou-se em elevação de impostos e corte de despesas públicas. Portugal enfrentou três anos de recessão, com repetidas quedas do PIB (2011: -1,83%; 2012: -4,03%; 2013: -1,13%) e forte aumento da taxa de desemprego, que chegou a atingir 16,2% da população economicamente ativa em 2013.

42. O programa de resgate da troika encerrou-se em maio de 2014, em meio a críticas de certos setores aos níveis de austeridade e aos resultados alcançados. De toda forma, a economia

havia voltado a crescer (2014: 0,9%; 2015: 1,8%) e taxa de desemprego recuara (2014: 13,9%; 2015: 12,4%). O déficit público, que chegara a atingir 11,2% em 2010, reduziu-se a 4,4% em 2015. A relação dívida pública/PIB havia saltado de 71,7%, em 2008, para o pico de 130,6%, em 2014, reduzindo-se ligeiramente (128,8%) em 2015.

43. Quando de minha assunção, em outubro de 2016, a economia já se encontrava, portanto, em processo de recuperação moderada do crescimento, que se tem mantido desde então (2016: 1,9%, 2017: 2,8% e 2018: 2,1%). Destaca-se o crescimento da economia em 2017 (2,8%), que constituiu verdadeiro marco: representou o maior crescimento do PIB desde o ano 2000 e superou a média da zona euro (2,5%).

44. Em 2018, o PIB cresceu 2.1% em termos reais, ancorado em incrementos do investimento (5,6%); das exportações de bens e serviços (3,7%); do consumo privado (2,5%); e do consumo público (0,8%). O crescimento se deu com uma melhoria significativa no desempenho do mercado de trabalho, que registrou a geração de 110 mil empregos no ano passado.

45. O Ministério das Finanças atribuiu a desaceleração do crescimento com respeito a 2017 (-0,7%) ao "cenário de maior incerteza no plano geopolítico internacional que penaliza as maiores economias da Europa e, por essa via, as exportações portuguesas". Embora esse fator tenha seja admitido pela maioria dos analistas locais, há quem considere a desaceleração da economia no ano passado como indicativo de que o atual ciclo de crescimento terá atingido seu pico em 2017.

46. Apesar da desaceleração econômica em 2018, o país completou 21 trimestres consecutivos de crescimento na virada do ano, o que se traduziu em incremento de 10% no PIB desde o último trimestre de 2013. Trata-se do mais longo ciclo de crescimento econômico em Portugal desde a criação do euro, em 1999. O país logrou outro feito em 2018: pela primeira vez, cresceu acima da média da zona do euro e da União Europeia por dois anos consecutivos.

47. Prevê-se que a economia continuará a crescer a taxas moderadas em 2019 e nos anos seguintes. Para 2019, a previsão de crescimento do governo (Ministério das Finanças), formulada em outubro de 2018, é de 2,2%. Há expectativa entre os analistas locais de que esse valor seja revisado em abril corrente, quando da apresentação do Plano de Estabilidade, para algo em torno de 2,0%, valor mais compatível com as últimas estimativas de entidades relevantes, tais como FMI (1,8%), OCDE (2,1%), Comissão Europeia - CE (1,7%) e Banco de Portugal - BdP (1,7%). Deverão ser igualmente revistas as atuais previsões do governo para o crescimento do PIB em 2020 (2,3%) e 2021 (2,2%), muito acima de outras estimativas disponíveis, a saber, FMI: 1,5%; OCDE: 1,9%; CE: 1,7%; BdP: 1,7% (para 2020); e FMI: 1,4% e BdP: 1,6% (para 2021).

48. No contexto da zona do euro (ZE-19), as perspectivas para 2019 dão margem a interpretações distintas. Sob um ângulo positivo, Portugal deverá manter crescimento acima da média prevista para a ZE-19 (1,3%) pela Comissão Europeia. Por um prisma negativo, o país somente deverá crescer mais do que cinco países - Itália, Alemanha, França, Bélgica e Áustria - todos situados entre os de renda mais elevada, ao passo que terá desempenho inferior aos dos outros treze integrantes da zona, os quais, em sua maioria, têm renda `per capita` na mesma faixa de Portugal.

49. A evolução de outros dados macroeconômicos entre fins de 2016 e os dias de hoje é ilustrativa das significativas melhoras observadas na economia portuguesa. O exemplo mais eloquente é o da taxa de desemprego, que caiu de 11,1% em 2016 para 7,0% em 2018 e deverá baixar até 6,0% em 2021. O déficit público evoluiu de 2,0% do PIB em 2016 para 0,5% em 2018. Conforme as previsões do governo, o saldo das contas públicas deverá ser nulo em 2019 e tornar-se superavitário a partir de 2020. Igualmente positiva é a progressiva redução da relação dívida pública/PIB, que caiu de 129,2% em 2016 para 121,5% em 2018. Quanto a esse indicador, as metas do governo para este ano e os dois seguintes são: 118,5% (2019), 114,9% (2020) e 107,3% (2021). A propósito da redução da dívida, o governo antecipou, em 10/12/2018, o pagamento dos últimos montantes devidos ao FMI, no valor de EUR 4,7 bilhões.

50. Analistas locais têm louvado o rígido controle das contas públicas pelo governo, refletida na expressiva melhora da situação fiscal do país. Por outro lado, membros da oposição, diversos segmentos da sociedade, e mesmo dos parceiros do governo socialista na "geringonça" (Bloco de Esquerda e Partido Comunista) têm repetidamente responsabilizado o controle orçamentário implementado pelo Ministro das Finanças, Mário Centeno pelo que consideram um "subfinanciamento" de serviços públicos básicos, como saúde e educação.

51. Esse esforço tem sido reconhecido pelas principais agências de 'rating', facilitando e barateando o pleno acesso de Portugal aos mercados. Desde outubro de 2018, o país voltou a ser avaliado em grau de investimento por todas as principais agências, após a Moody's ter subido a notação da dívida soberana portuguesa, que vinha sendo mantida abaixo do nível de investimento desde julho de 2011. Em 15 de março último, a Standard & Poor's elevou o grau da dívida portuguesa para BBB/A-2, dois níveis acima de investimento especulativo, com perspectiva estável. Essas graduações têm permitido a Portugal refinanciar-se com taxas de juros cada vez mais baixas, em cenário de convergência com as taxas praticadas para a dívida pública da Espanha e de descolamento das aplicadas à dívida da Itália.

52. Em relatório publicado em 18 de fevereiro último, a OCDE reconheceu a melhoria das condições econômicas em Portugal nos últimos anos, com destaque para a substancial queda do desemprego e para a política de consolidação orçamentária responsável. Entre as principais recomendações do relatório, poderiam ser destacadas:

- Manutenção do esforço gradual de consolidação orçamentária, de modo a assegurar uma redução apropriada da dívida pública;
- Simplificação do sistema tributário (inclusive com redução de isenções), com vistas a alargar a base de contribuintes e a promover ambiente de negócios mais amigável;
- Incremento e ampliação dos programas de capacitação de recursos humanos, com vistas a aumentar a produtividade, ainda uma das mais baixas entre os países da OCDE;
- Manutenção da política de redução do nível de empréstimos de liquidação duvidosa ('non performing loans') no sistema financeiro local, ainda muito elevado; e
- Melhoria das condições de competitividade nos mercados e no ambiente empresarial e de negócios.

TEMAS BILATERAIS

VII REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO LUSO-BRASILEIRA DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, FINANCEIROS E COMERCIAIS

53. A Embaixada coordenou a preparação da VII Reunião da Subcomissão Luso-Brasileira de Assuntos Econômicos, Financeiros e Comerciais, realizada por videoconferência, em 24/01/2018, bem como acompanhou presencialmente o encontro, junto à delegação portuguesa. Na reunião, foram repassados diversos temas de interesse da agenda comum, entre os quais se destacam:

- i) Evolução do comércio e de investimentos bilaterais;
- ii) Estado de negociação do Acordo de Associação Mercosul-União Europeia;
- iii) Perspectivas de cooperação entre a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) e seus congêneres brasileiros (ANVISA e DIPOA/DIPOV);
- iv) interesse de cooperação entre o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI) e o SEBRAE;
- v) Possibilidades de colaboração técnica e científica entre o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) de Portugal e várias instituições brasileiras;
- vi) Questões relativas a transporte aéreo;
- vii) Colaboração entre a ANATEL e a Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM), sua homóloga portuguesa;
- viii) Expectativa brasileira de aquisição por Portugal de cinco aeronaves KC-390, fabricadas pela Embraer com participação portuguesa;
- ix) Interesse português na efetiva implementação de dois memorandos de entendimento sobre cooperação em matérias do setor marítimo-portuário firmados em 2015, um deles entre a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ)/Brasil e o Instituto da Mobilidade e do Transporte (IMT)/Portugal, e o outro entre a Secretaria de Portos da Presidência da República/Brasil e o Ministério da Economia/Portugal;
- x) Interesse no aprofundamento da cooperação no setor de energia, sobretudo em matéria de combustíveis fósseis e energias renováveis (as partes ficaram de acordar data para a celebração de protocolo já negociado);
- xi) Questões relativas à exportação de produtos agrícolas e alimentares portugueses, como frutas, vinhos e produtos lácteos dos Açores, entre outros;
- xii) Dificuldades alegadas por empresas portuguesas para participação em concorrências públicas no Brasil;
- xiii) Interesse brasileiro na participação de empresas portuguesas no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).

RENEGOCIAÇÃO DA CONVENÇÃO PARA EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO E PREVENIR A EVASÃO FISCAL EM MATÉRIA DE IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO.

54. Quando da realização da VI Reunião da Subcomissão Luso-brasileira de Assuntos Econômicos, Financeiros e Comerciais, em 28/09/2016, pouco antes de minha assunção, o lado português incluiu na agenda a possibilidade de revisão da convenção bilateral para evitar a dupla tributação sobre a renda, celebrada em 16/05/2000. Argumentou-se que teria havido evolução na legislação tributária portuguesa e internacional, o que implicaria a necessidade de atualização do texto da convenção. Na ocasião, a Receita Federal solicitou esclarecimentos sobre os pontos a serem atualizados.

55. Não houve desenvolvimentos desde então, a despeito de a parte portuguesa haver-se comprometido a prestar os esclarecimentos solicitados, bem como a apresentar minuta de acordo para servir de base às negociações. Consultado pela Embaixada sobre o andamento do assunto,

em março de 2017, o Ministério das Finanças de Portugal informou que se teria decidido pelo adiamento das negociações, à espera de evolução na implementação do projeto BEPS ('Base Erosion and Profit Shifting'), acordado no âmbito da OCDE. Em reação a uma segunda consulta da Embaixada, formulada em agosto de 2018, interlocutor naquele Ministério informou "haver sido acordado com o Ministério da Fazenda/Receita Federal que seria útil Portugal transmitir um projeto de texto que revisse não apenas o texto da CDT à luz dos desenvolvimentos em matéria do BEPS, mas também sua aplicação aos regimes de tributação das pensões". Naquela ocasião, prometeu-se "uma proposta de texto em breve, da qual vos daremos nota", o que ainda não ocorreu.

REGIME FISCAL DA ILHA DA MADEIRA

56. A ilha da Madeira foi enquadrada pela Secretaria da Receita Federal, em 2010, em lista de "jurisdições com tributação favorecida", assim entendidas como "países ou dependências que não tributam a renda ou que a tributam à alíquota inferior a 20%" ou, ainda, cujas legislações internas não permitam acesso a informações sobre pessoas jurídicas neles constituídas. Trata-se da classificação correspondente aos países ou territórios considerados como "paraísos fiscais". Na sequência dessa medida, a exclusão da Madeira da referida lista passou a constituir pleito recorrente na pauta bilateral, havendo constado na agenda de encontros de autoridades e da mencionada VI Reunião da Subcomissão de Assuntos Econômicos, Financeiros e Comerciais.

57. Em decorrência de reformas efetuadas no regime tributário da Zona Franca da Madeira e de diversas gestões efetuadas pelo governo português, a Receita Federal expediu, em 21/12/2017, a Instrução Normativa RFB nº 1773, que retirou a ilha da Madeira da lista de jurisdições com tributação favorecida e incluiu o "regime do Centro Internacional de Negócios da Madeira (CNIM)" na lista de "regimes fiscais privilegiados". Entre outras alterações, passou a ser de 15% a alíquota geral do Imposto de Renda Retido na Fonte aplicável às remessas para destinatários na ilha da Madeira não sujeitos ao regime do CINM, ficando a alíquota geral de 25% (a usual nas remessas para paraísos fiscais) restrita às empresas sujeitas àquele regime. O tema não voltou a ser suscitado pelo lado português.

QUESTÕES RELATIVAS A TRANSPORTE AÉREO

LIMITAÇÕES GEOGRÁFICAS APLICADAS ÀS TRANSPORTADORAS AÉREAS DESIGNADAS POR PORTUGAL

58. Por ocasião da mencionada VII Reunião da Subcomissão Luso-brasileira de Assuntos Econômicos, Financeiros e Comerciais, realizada em 24/01/2018, a parte portuguesa solicitou o levantamento de limitações geográficas alegadamente impostas sobre os níveis máximos de capacidade (bilateralmente instituídos) aplicados às transportadoras aéreas designadas por Portugal. A Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC/Brasil) informou que o levantamento das limitações geográficas estaria pendente do desfecho da negociação de acordo aéreo entre o Brasil e a União Europeia, então em andamento (a propósito, o "Acordo entre a União Europeia e o Brasil sobre certos aspectos dos serviços aéreos" entrou em vigor em 09/10/2018).

REVISÃO DO ACORDO SOBRE SERVIÇOS AÉREOS BRASIL-PORTUGAL

59. Autoridades brasileiras e portuguesas do setor de aviação civil reuniram-se à margem de encontro no âmbito da Organização de Aviação Civil Internacional - OACI, realizado em Nairobi, no período de 10 a 14/12/2018). Na ocasião, foram conduzidas negociações com vistas

à revisão do Acordo Sobre Serviços Aéreos entre o Brasil e Portugal, firmado em 11/11/2002. As partes manifestaram intenção de voltarem a se reunir no primeiro semestre de 2019.

TEMAS FITOSSANITÁRIOS E DO AGRONEGÓCIO

60. A Embaixada atuou regularmente na intermediação de expedientes relativos a questões fitossanitárias entre as autoridades competentes brasileiras e portuguesas, a saber: Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (DIPOA) e Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal (DIPOV), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) do Brasil; e Direção Geral de Alimentação e Veterinária - DGAV, do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural de Portugal.

61. A Embaixada preparou e acompanhou missão a Portugal do então secretário-executivo do MAPA, Eumar Novacki, no período de 19 a 22/10/2018. Na ocasião, o secretário Novacki avistou-se com o secretário de Estado da Agricultura e Alimentação do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, Luís Vieira, e fez visitas técnicas a estabelecimentos produtores agroalimentares (queijaria e vinícolas). O secretário de Estado Vieira reiterou a disposição portuguesa de apoiar pleitos brasileiros no âmbito da União Europeia.

TEMAS MULTILATERAIS

62. A Embaixada realizou diversas gestões junto ao governo português com respeito a temas do relacionamento do Brasil ou do Mercosul com a União Europeia ou com outros organismos dos quais Portugal é membro. No que toca a essa vertente de atuação, que se beneficia da condição de Portugal como parceiro usual na promoção dos interesses brasileiros na Europa, podem ser destacadas as seguintes ações no período de minha gestão:

ACORDO DE ASSOCIAÇÃO MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA

63. A Embaixada atuou de forma continuada junto ao governo e à sociedade locais, sobretudo junto a formadores de opinião, tais como meios acadêmicos, empresariais e de imprensa, com vistas a ampliar a divulgação das vantagens para Brasil e Portugal da celebração de Acordo de Associação Mercosul-União Europeia. Em conjunto com a Câmara de Comércio e Indústria Luso-Brasileira e outros parceiros locais, a Embaixada promoveu a realização de duas conferências em Lisboa, em outubro de 2016 e novembro de 2017, com vistas a elevar o nível de apoio empresarial ao acordo e alimentar o debate público sobre o tema.

DEFESA COMERCIAL

64. A Embaixada atuou, em coordenação com a Missão junto à União Europeia, com vistas a que fosse obtida uma solução satisfatória para a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em processo de investigação 'antidumping' conduzido pela Comissão Europeia, relativo a produtos de ferro e aço plano laminados a quente importados do Brasil e processados pela empresa Lusosider, subsidiária portuguesa da CSN.

65. A investigação teve, num primeiro momento (julho de 2017), resultado considerado favorável pela CSN e pela Lusosider. A decisão original da Comissão Europeia, no entanto, foi radicalmente reformulada dois meses depois (setembro de 2017), em atendimento a queixas de fabricantes europeus encampadas pelos respectivos estados nacionais. Em vez de direitos 'ad

valorem`, limitados por preço mínimo de importação, houve a imposição de valores `antidumping` fixos por tonelada importada. A nova decisão foi considerada bastante insatisfatória pela CSN, que buscou revertê-la mediante a apresentação de compromisso de preço mínimo de exportação para o mercado comunitário. A proposta da empresa brasileira foi, no entanto, rejeitada pela Comissão Europeia em fins de 2017.

COMÉRCIO BILATERAL

66. No período em que estive à frente da Embaixada, o comércio bilateral evoluiu de forma expressiva. Os dados mais atualizados (MDIC) indicam que a corrente de comércio passou de US\$ 1,29 bilhão no final de 2016 para US\$ 2,39 bilhões no final de 2018, um crescimento de mais de 85%. O maior incremento verificou-se entre 2016 e 2017, quando a corrente de comércio bilateral cresceu 74,6%, atingindo US\$ 2,25 bilhões, enquanto entre 2017 e 2018 o crescimento foi mais modesto, de cerca de 6,2%.

67. Esta evolução favorável reflete o andamento de ambas as economias: do lado brasileiro, a renovação de esforços no sentido da saída de um período de estagnação do crescimento, e do lado português, o movimento ascendente resultante da superação de problemas de déficit orçamentário e de busca de convergência com a evolução econômica média da UE.

68. O valor das exportações brasileiras para Portugal apresentou aumento total de 135,3% no período, tendo passado de US\$ 654,5 milhões em 2016, para US\$ 1,54 bilhão em 2018. Em particular, verificou-se o aumento de 119,6% entre 2016 e 2017 e de 7,5% entre 2017 e 2018. Analogamente, o valor das importações brasileiras de produtos portugueses aumentou 33,5% entre 2016 e 2018, passando de US\$ 639,8 milhões em 2016 para US\$ 854,4 milhões em 2018. O aumento entre 2016 e 2017 foi de 29,2% e entre 2017 e 2018, 3,35%.

69. Apesar deste andamento favorável, os valores do comércio entre os dois países continuam a representar percentual em torno de apenas 1% do total do comércio exterior do Brasil, isto é, 0,61% do total da exportação brasileira e 0,47% de suas importações, taxas que colocam Portugal como o 35º cliente do Brasil e seu 38º fornecedor em 2018. A tabela a seguir apresenta o andamento do comércio bilateral nos anos em análise (em US milhões):

(i) Exportação Brasileira:

(em 2016) 654,5; (em 2017) 1.432,6; (em 2018) 1.540,0;

(ii) Importação Brasileira:

(em 2016) 639,8; (em 2017) 826,7; (em 2018) 854,4;

(iii) Saldo (deficit português):

(em 2016) 14,7; (em 2017) 605,9; (em 2018) 685,6;

(iv) Corrente de comércio:

(em 2016) 1.294,3; (em 2017) 2.259,3; (em 2018) 2.394,4

70. As principais exportações do Brasil para Portugal foram:

- óleos brutos de petróleo (representado 24% do total exportado em 2018 e 12,1% em 2016);
- minério de ferro e seus concentrados (17,1% em 2018);

- laminados planos, a frio e a quente, de ferro e aço (12% em 2018 e 11,8% em 2016);
- soja em grãos, mesmo triturada (11% em 2018 e 13% em 2016);
- milho em grão, exceto para sementeira (7,6% em 2018 e valores abaixo de 2% em 2016);
- combustíveis e lubrificantes (2% em 2018 e 2% em 2016);
- café em grão, cru (1,3% em 2018 e 3,75% em 2016);
- colofônias e ácidos resínicos (1,3% e 2,8% em 2016);
- outras gomas e resinas (1,4% em 2018 e 2,6% em 2016);
- goiabas, mangas e mangostões (0,97% em 2019 e 2,2% em 2016); e
- madeira em diversos estados (0,92% em 2018 e 2,4% em 2016).

71. Estes produtos representaram 79,6% do total exportado pelo Brasil em 2018 e 55,6% em 2016. Assim, na pauta das exportações brasileiras para Portugal prevalecem os produtos básicos e os insumos destinados à indústria manufatureira portuguesa. Esta característica é a dominante no perfil do intercâmbio bilateral e revela, por um lado, a importância do Brasil como provedor preferencial para o setor industrial português ao longo de seu processo evolutivo. Por outro lado, evidencia a existência de um amplo domínio onde as possibilidades de incremento do intercâmbio de bens de maior valor agregado se multiplicam.

72. As principais importações brasileiras de produtos portugueses no período sob análise foram:

- azeite de oliva virgem e refinado (30,3% do total em 2018 e 24,9% em 2016);
- óleos combustíveis, diesel e fuelóleo (8,9% em 2018 e 2,1% em 2016);
- vinhos (6,3% em 2018 e 4,6% em 2016); e
- peras frescas (4,4% em 2018 e 5,4% em 2016).

73. Dentre os dez principais produtos portugueses importados pelo Brasil no ano de 2018, contam-se ainda outros que não se encontravam integrados nesse grupo em 2016 tais como:

- peças de aeronaves (2,7% em 2018 e 18,2% em 2016);
- circuitos integrados (1,6% do total em 2018);
- partes e peças para transmissores (1,5%);
- produtos laminados a quente, de ferro ou aço (1,3%);
- abrasivos, pedras de amolar e similares (1,2%);
- moldes para plástico ou borracha (1,2%); e
- partes e peças para automóveis e tratores (1,1%).

74. Este conjunto de produtos representou 60,8% do total importado pelo Brasil de Portugal em 2018. Analogamente às exportações para Portugal, mais de 50% das importações brasileiras (52,4%) representam produtos básicos ou semimanufaturados, existindo, por isto, condições para a evolução do comércio no âmbito de produtos de maior tecnologia. Nesse aspecto, deve salientar-se o promissor intercâmbio de peças, materiais e equipamentos para aeronaves, consubstanciado em vendas brasileiras para Portugal em 2018 de mais de 5 milhões de dólares. Já em 2016, foi concretizada a venda de aeronaves completas para Portugal, no valor total de US\$ 35,6 milhões. Quanto ao estoque dos investimentos bilaterais (dados do Banco de Portugal), verificaram-se os seguintes valores nos respectivos finais de período (milhões de euros):

(i) de Portugal no Brasil:
(em 2016) 2.963,4; (em 2018) 2.825,5;

(ii) do Brasil em Portugal:
(em 2016)3.533,0; (em 2018) 3.221,8.

75. A posição atual do estoque de investimentos bilaterais em confronto com o existente em 2016 denota a estabilização dos fluxos anuais. Representa a consolidação de movimentos de investimentos mútuos diante de economias em recuperação.

76. Cabe destaque, nos últimos dois anos, para o significativo crescimento do número de empresários brasileiros que buscam estabelecer-se em Portugal e aqui montam seus negócios, sem necessariamente se desfazerem daqueles que já detém no Brasil. A Embaixada e a Câmara de Comércio e Indústria Luso-brasileira têm trabalhado de modo coordenado a fim de prestar o melhor apoio possível a esses cidadãos, que diariamente procuram receber informações e orientações sobre como melhor fazer negócios em Portugal. De modo geral, esses empresários apontam o baixo custo de vida e da mão-de-obra, a estabilidade econômica, o clima ameno, o idioma, a cultura e, sobretudo, as condições de segurança como principais fatores de estímulo à sua instalação em Portugal. Quase sempre ressaltam a condição do país como "porta de entrada" ideal para a União Europeia.

77. Em razão do grande afluxo de empresários brasileiros para Portugal, várias empresas de consultoria foram estabelecidas em Portugal com vistas a oferecer variados tipos de serviços para auxiliar na instalação desses cidadãos e suas famílias. Vários escritórios de advocacia igualmente estabeleceram setores específicos dentro de suas estruturas funcionais voltados para os mesmos fins. Um dos resultados de tal afluxo é a participação brasileira no mercado imobiliário português nos últimos anos. Atualmente somos a segunda nacionalidade estrangeira que mais adquire imóveis residenciais em Lisboa e a primeira no Porto.

78. Cumpre também ressaltar, no período, a transferência do WebSummit da Irlanda para Portugal, seu estabelecimento e consolidação em Lisboa para os próximos dez anos, segundo contrato firmado com a prefeitura desta capital. O êxito dessa que é considerada a maior feira de tecnologia e inovação do mundo, tem atraído crescente número de startups e empresários brasileiros. Em sua última edição, calcula-se uma participação de 2 mil empresas/empresários brasileiros.

79. Vale ainda sublinhar o acompanhamento e gestões feitos pela Embaixada, durante o período em análise, em prol da venda da aeronave de transporte militar KC-390, desenvolvida e produzida pela Embraer em Portugal.

80. No período em questão, a Embaixada divulgou amplamente no território português as feiras comerciais realizadas no Brasil. Organizou ou apoiou, igualmente, a participação de empresas brasileiras em variadas feiras e eventos similares em território português, em setores tais como alimentação, artesanato e turismo (em ordem cronológica):

- Bazar Diplomático Lisboa (2016);
- Portugal Exportador. Lisboa (2016);
- Feira Alimentária & Horexpo. Lisboa (2017);
- WebSummit. Lisboa (2017);
- Apresentação do Calendário UBRAFE das Principais Feiras de Negócios do Brasil. Lisboa (2017);
- Bazar Diplomático. Lisboa (2017);
- Portugal Exportador. Lisboa (2017);

- Lançamento de alimentos tradicionais brasileiros no supermercado do El Corte Inglés. Lisboa e Porto (2018);
- Promoção da moda praia brasileira no El Corte Inglés. Lisboa (2018);
- Mercado da América Latina. Cascais (2018);
- 1ª Expo Amazônia. Lisboa (2018);
- Apresentação do Calendário UBRAFE das Principais Feiras de Negócios do Brasil. Lisboa (2018);
- Portugal Exportador. Lisboa (2018); e
- Feira Alimentária & Horexpo. Lisboa (2019).

81. Ao longo do período em questão, a Embaixada divulgou em Portugal, a pedido da APEX Brasil, variados eventos do Projeto Comprador, bem como forneceu, em diversas ocasiões, sugestões de empresas e empresários brasileiros para serem convidados para eventos organizados ou apoiados pela mencionada Agência em território brasileiro. Igualmente elaborou uma série de estudos de priorização de mercados em Portugal para os Projetos Setoriais da APEX Brasil.

82. A Embaixada apoiou a realização de diversas missões empresariais brasileiras a Portugal, sejam as que acompanharam autoridades governamentais de nível federal, estadual ou municipal em suas visitas oficiais, sejam aquelas organizadas por entidades patronais ou de classe nacionais, ou por órgãos tais como APEX Brasil e SEBRAE. Principais exemplos (em ordem cronológica):

- Missão do Governador do Piauí. Lisboa (2017);
- Missão do Governador do Rio Grande do Norte. Lisboa (2017);
- Missão empresarial da CNC. Lisboa (2017);
- Missão do Ministro do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Lisboa (2017);
- Missão da ABIMAPI. Lisboa (2018);
- Missão do Ministro Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República. Lisboa (2017);
- Missão da Federação das Associações Empresariais do Mato Grosso do Sul. Lisboa (2017)
- Missão do Prefeito de Salvador. Lisboa (2017);
- Missão do Secretário de Turismo do Estado do Espírito Santo. Lisboa (2007);
- Missão que acompanhou o Ministro da Defesa no I Diálogo das Indústrias de Defesa Brasil-Portugal. Porto (2017);
- Missão da CNI ao WebSummit. Lisboa (2018);
- Missão do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Lisboa (2018);
- Missão da Federação das Indústrias do Estado do Ceará. Lisboa (2018);
- Missão da Digital Trees ao WebSummit. Lisboa (2018)
- Missão do Secretário de Assuntos Internacionais do Estado do Ceará. Lisboa (2018);
- Missão APEX - visita a Startup Lisboa. Lisboa (2018);
- Missão SINDPAN-Ceará. Lisboa (2018);
- Missão da APEX Brasil ao WebSummit. Lisboa (2018);
- Missão da FEDECOMERCIO Bahia. Lisboa (2018);

- Missão do Atlantic Hub ao WebSummit. Lisboa (2018);
- Missão do Diretor do DPR. Lisboa (2018);
- Missão do Ministro das Minas e Energia. Lisboa (2018); e
- Missão do Vice-Ministro da Agricultura do Brasil. Lisboa (2018).

83. A Embaixada também prestou, anualmente, apoio à Embratur na promoção do Brasil como destino turístico em Portugal. Além disso, divulgou os destinos turísticos brasileiros em vários eventos realizados anualmente no território português, dentre os quais cabe destaque para (em ordem cronológica):

- Bolsa de Turismo de Lisboa. Lisboa (2017);
- 42º Congresso Nacional da Associação Portuguesa das Agências de Viagens. Aveiro (2016).
- "Sunset Party" do Instituto de Promoção do Desenvolvimento da América Latina. Lisboa (2017);
- IX Fórum Turismo "Portugal-América Latina". Lisboa (2017);
- Feira de Viagens Mundo Abreu. Lisboa (2017);
- Mostra Brasil Junino. Lisboa (2017);
- Amazônia: Novos Portugais. "Workshop" de gastronomia paraense e rodada de negócios. Lisboa (2017);
- Bolsa de Turismo de Lisboa. Lisboa (2018);
- Evento de lançamento de nova rota para Lisboa de voos da LATAM. Lisboa (2018);
- X Fórum Turismo "Portugal-América Latina". Lisboa (2018);
- "Sunset Party" do Instituto de Promoção do Desenvolvimento da América Latina. Lisboa (2018);
- Mercado da América Latina". Cascais (2018); e
- Bolsa de Turismo de Lisboa. Lisboa (2019).

84. Durante minha gestão, participamos eu próprio e o Chefe do SECOM, Conselheiro Pedro Paulo d'Escragnolle-Taunay, tanto como palestrantes quanto como debatedores, de grande número de seminários, conferências, "workshops" e rodadas de negócios, com vistas a promover o comércio, os investimentos, a inovação e a tecnologia entre os dois países. Principais exemplos (em ordem cronológica):

- Conferência sobre o Acordo União Europeia-Mercosul. Lisboa (2016);
- "Encontro de Empresários Brasileiros em Portugal". Lisboa (2016);
- Conferência "Financiamento por Multilaterais de Projetos na América Latina". Lisboa (2017);
- Seminário "Acordo Mercosul-União Europeia". Lisboa (2017);
- "Prêmio Personalidade do Ano", organizado pela Câmara de Comércio e Indústria Luso-Brasileira. Lisboa (2017);
- Seminário "Oportunidades de Negócio no Setor Agroalimentar na América Latina". Lisboa (2017);
- Conferência Internacional do Setor de Serviços. Lisboa (2017);
- Seminário "Inovação e Tecnologia: Ponte luso-brasileira". Lisboa (2017);

- Fórum Econômico Brasil-Portugal. Lisboa (2017);
- Seminário "Oportunidades de Comércio e Investimento: Portugal-América Latina". Leiria (2017);
- Inauguração da fábrica de produtos farmacêuticos e cosméticos Balestrand Pharma. Arruda dos Vinhos (2017);
- Seminário "Oportunidades de Negócios entre Brasil e Portugal nos Segmentos Tecnológicos". Lisboa (2017);
- Seminário "Brasil 2018, que Perspectivas?" Lisboa (2018);
- Seminário "Piauí, um Estado de Oportunidades", com a presença do Governador Wellington Dias. Lisboa (2018);
- Conferência "Marketing Desportivo e a Relação Bilateral Brasil-Portugal". Lisboa (2018);
- Seminário "Investimento & Internacionalização de Empresas: Brasil-Portugal". Lisboa (2018);
- "Projeto PME Connect". Lisboa (2018);
- Conferência "Women in Business: Hub Talk". Lisboa (2018);
- Seminário "Como Fazer Negócios com a CPLP: caso Brasil". Lisboa (2018);
- "Prêmio Personalidade do Ano", organizado pela Câmara de Comércio e Indústria Luso-Brasileira. Lisboa (2018);
- Seminário "Oportunidades de Negócios e Parcerias entre Brasil e Portugal. Lisboa (2018);
- "Encontro de Empresários para a Cooperação Econômica e Comercial entre China e os Países de Língua Portuguesa". Lisboa (2018);
- Seminário "Exportação e Importação Brasil-Portugal". Lisboa (2018)
- "Demoday Startout Brasil". Lisboa (2018)
- Seminário "Relações Econômicas Brasil-Portugal". Lisboa (2018);
- Sessão de Networking. Empresas portuguesas e brasileiras da área de TI que estiveram presentes no Websummit. Lisboa (2018);
- Seminário "As Indústrias de Defesa no contexto da América Latina". Lisboa (2019);
- Apresentação da startup Cozinha de Rosália. Lisboa (2018).

85. Durante toda minha gestão, mantive contato estreito com os dirigentes das principais entidades portuguesas na área de comércio exterior, indústria, tecnologia e investimentos, tais como: Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal; Associação Industrial Portuguesa; Confederação Empresarial Portuguesa; Associação Empresarial de Portugal; Invest Lisboa; e diversas Câmaras de Comércio, entre outras. Cabe especial registro à parceria mantida pela Embaixada com a Câmara de Comércio e Indústria Luso-brasileira, que inclui a organização conjunta de eventos.

86. O SECOM da Embaixada elaborou e/ou apoiou a confecção de publicações e estudos com vistas a promover os negócios e os investimentos entre Brasil e Portugal. Principais destaques:

- Guia "Como Exportar para Portugal" (2017); e
- Guia de Negócios para o Pequeno Empreendedor Brasileiro em Portugal (2018).

87. Foram as seguintes as principais atividades do SECOM, no período, em termos numéricos:

- 471 atendimentos de consultas empresariais;
- 31 elaborações de informações sobre produtos;
- 6 elaborações de publicações (estudos, boletins, revistas);
- 34 atendimentos sobre investimentos bilaterais;
- 33 inserções de feiras locais;
- 40 atos de divulgação de feiras no Brasil;
- 32 participações e apoios a participantes em feiras locais;
- 18 iniciativas de organização e apoio a missões empresariais, seminários, eventos, rodadas de negócios, "workshops", mostras e similares;
- 56 participações efetivas em seminários, eventos, rodadas de negócios, "workshops", mostras e semelhantes;
- 25 visitas, entrevistas, encontros com autoridades locais e agentes empresariais;
- 32 inserções no cadastro de empresas importadoras portuguesas na Invest & Export Brasil; e
- 463 validações de registros no cadastro de empresas portuguesas importadoras na Invest & Export Brasil.

MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

88. Desde outubro de 2016, a cooperação em temas de meio ambiente, ciência, tecnologia e inovação tem sido importante fator de adensamento das relações bilaterais.

89. Temas ligados a ciência, tecnologia e inovação merecem atenção prioritária do governo português. O país vê no setor oportunidade de se tornar polo de inovação e empreendedorismo tecnológico no continente, aproveitando-se da mão de obra qualificada a custos mais baixos que em outros países europeus, bem como da infraestrutura de comunicações adequada e da localização privilegiada de que dispõe.

90. Sob minha Chefia, a embaixada continuou a dar apoio à cooperação bilateral em ciência, tecnologia e inovação em andamento, em áreas como nanotecnologia, biotecnologia e mobilidade urbana, e avançou em campos de cooperação até então pouco explorados. Dentre essas novas frentes, destaco o desenvolvimento da cooperação em inovação industrial e startups.

91. A embaixada auxiliou missão da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) a Lisboa, em maio de 2018, para prospectar possibilidades de cooperação com instituições portuguesas ligadas à Indústria 4.0 e às startups. Em junho do mesmo ano, o então Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Jorge de Lima, em visita a Portugal, assinou o Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Inovação e Empreendedorismo com o Ministério da Economia de Portugal, com o objetivo de estruturar a cooperação bilateral na área.

92. Lisboa foi palco do quinto ciclo do programa StartOut Brasil, fruto de parceria entre Itamaraty, Apex-Brasil, MDIC, Sebrae e Anprotec. Entre 9 e 16 de novembro de 2018, quinze "startups" brasileiras selecionadas tiveram, com apoio da embaixada, rica imersão no ecossistema de inovação português e intensa agenda voltada à prospecção de clientes, investidores e parceiros locais, resultando em perspectivas positivas de negócios e parcerias.

93. Ainda na área de inovação industrial e startups, em novembro de 2018, a ABDI lançou o edital Startup Indústria 4.0 e escolheu Portugal como primeiro parceiro internacional do programa, que fará o casamento entre grandes indústrias e startups dos dois países para o desenvolvimento de projetos conjuntos de inovação industrial.

94. Durante meu período no posto, aumentou significativamente a presença brasileira na Websummit, um dos maiores eventos mundiais de inovação que, desde 2016, é realizado em Lisboa. Na última edição do Websummit, o Brasil contou, pela primeira vez, com estandes dedicados da ABDI e da Apex-Brasil.

95. A estreita cooperação bilateral em ciência, tecnologia e inovação teve ponto alto com a visita do então Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, entre 9 e 15 de julho de 2017. Na ocasião, visitou empresas de tecnologia e institutos de pesquisa portugueses e assinou, conjuntamente com representantes da União Europeia e África do Sul, a "Declaração de Belém sobre Cooperação em Pesquisa e Inovação no Atlântico", estabelecendo parceria trilateral para promover ampla cooperação em pesquisa transatlântica.

96. Relacionada à "Declaração de Belém" é a iniciativa de criação do Centro Internacional de Pesquisa no Atlântico (AIR Center). Na mencionada visita a Portugal, o Ministro Kassab participou do I Diálogo de Alto Nível Indústria-Academia-Governo sobre Interações Atlânticas. Por sua vez, em novembro de 2017, o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Portugal, Manuel Heitor, participou em Florianópolis do II Diálogo de Alto Nível, ocasião em que foi assinada a "Declaração de Florianópolis" para o estabelecimento do AIR Center, com sede nos Açores. Ambas as autoridades estiveram presentes na terceira edição do Diálogo, que definiu as áreas com potencial de inclusão no programa científico do Centro.

97. A cooperação bilateral em assuntos do mar tem sido profícua, tanto na sua vertente científica, quanto no objetivo de assegurar a utilização sustentável dos recursos marinhos. Portugal tem organizado conferências anuais para tratar de assuntos relacionados à temática do desenvolvimento da economia azul e da sustentabilidade dos oceanos, as "Oceans Meetings", e deverá sediar, em 2020, a segunda Conferência das Nações Unidas para os Oceanos. Chefei a delegação brasileira às últimas duas edições das Oceans Meetings, nas quais foram adotadas, por aclamação, respectivamente a "Declaração sobre Oceanos e Saúde Humana" e a "Declaração sobre Economia Circular Azul, Navegação Verde e Portos como Centro de Inovação".

98. Entre as áreas que julgo ter potencial de expansão no relacionamento bilateral, destaco a cooperação em assuntos do espaço. A embaixada tem acompanhado atentamente as iniciativas portuguesas para o setor. Com o lançamento do Programa Internacional do Atlântico de Lançamento de Satélites, que visa criar uma base de lançamento de satélites nos Açores, e o recente estabelecimento da Agência Espacial Portuguesa, abre-se importante frente de cooperação bilateral, já tendo o lado português manifestado intenção de estreitar relacionamento com entidades brasileiras como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e a Agência Espacial Brasileira (AEB).

ENERGIA

99. Apresento um panorama dos principais temas afetos à área de energia e relaciono as visitas a Portugal de autoridades e e/ou lideranças empresariais brasileiras.

ENERGIAS DE PORTUGAL (EDP)

100. O grupo EDP, privatizado em 2012, está entre os grandes operadores europeus do setor de energia. Desenvolve atividades nas áreas de produção, comercialização e distribuição de eletricidade e, em menor escala, na comercialização e distribuição de gás. Tem atuação marcada em Portugal e Espanha, mas também está presente em outros países europeus. Fora do continente, possui ativos no Brasil, em Angola, no Canadá, na China e nos Estados Unidos.

101. A empresa chinesa China Three Gorges (CTG), que detém 21,35% do capital do grupo, lançou em 11/05/2018 uma Oferta Pública de Aquisição (OPA) para aumentar sua participação para mais de 50%. A oferta estende-se igualmente à EDP Renováveis, empresa na qual a EDP detém 83% do capital. A iniciativa embute planejamento de longo prazo para a EDP, em que se prevê a passagem de ativos e operações da CTG para a EDP em alguns mercados, como o Brasil. Passado quase um ano, a OPA não avançou, e diversos analistas locais têm dúvidas se, de fato, será algum dia concretizada. A demora deve-se ao fato de a oferta depender da aprovação de mais de uma dezena de reguladores.

102. O grupo EDP está presente no Brasil há 23 anos. As atividades do grupo no Brasil, por meio das subsidiárias Energias do Brasil e EDP Renováveis, respondem por 20% de seu faturamento global e têm apresentado resultados positivos de forma continuada, reforçando o caráter estratégico e de longo prazo da atuação da EDP no país. O grupo conta, no Brasil, com mais de 2.600 funcionários, e fornece energia elétrica a cerca de 3 milhões de clientes.

GALP

103. A Galp Energia é hoje o maior grupo integrado de produtos petrolíferos e gás natural de Portugal, atuando na exploração e produção de petróleo e gás natural, refino e distribuição de produtos petrolíferos, distribuição e venda de gás natural e geração de energia elétrica. Na área de exploração (em franca expansão), o grupo tem foco claro em Angola e no Brasil. Em refino e distribuição, conta com cerca de 1500 estações de serviço na Península Ibérica e na África. No setor de gás natural, comercializa para mais de 1,3 milhão de clientes em Portugal e Espanha.

104. As atividades de exploração de petróleo no pré-sal brasileiro têm cada vez mais importância no resultado operacional global da Galp. Os níveis de produção no Brasil têm crescido de maneira consistente, saltando de 60 mil para 110 mil barris por dia entre 2015 e 2017. A empresa espera atingir 200 mil barris/dia em 2021. Em linha com a prioridade que tem concedido às atividades no Brasil, a Galp venceu, em outubro de 2017, leilão pelos direitos de exploração da porção norte do bloco BM-S-8 (Carcará), na bacia de Santos, em consórcio integrado também pelas empresas Statoil (Noruega) e ExxonMobil (EUA). O custo total da transação foi de EUR 800 milhões, dos quais 20% (EUR 160 milhões) caberão à empresa portuguesa.

105. A Galp e a Petrobras têm atuado em conjunto há quase vinte anos em numerosos projetos de exploração e produção de petróleo e gás no Brasil. São parceiras, por exemplo, na operação do campo petrolífero de Lula, na bacia de Santos, em que a Petrobras detém 65%, a Galp, 10% (por meio da subsidiária Petrogal) e a BG E&P Brasil (subsidiária da Royal Dutch Shell), os restantes 25%. Em outubro de 2016, a Galp e a Petrobras firmaram memorando de entendimento para cooperação em exploração e produção de petróleo e gás e treinamento de recursos humanos especializados. A nova parceria deverá abarcar atividades conjuntas em exploração e produção de petróleo e gás em diferentes regiões, em nível mundial.

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO NA ÁREA DE ENERGIA

106. Por iniciativa portuguesa, foi proposta a celebração de novo instrumento de cooperação no domínio da energia com o Brasil, em detrimento da preferência brasileira pela reativação de um Grupo de Trabalho em Energia, criado em 2010, no âmbito da Subcomissão Luso-brasileira de Assuntos Econômicos, Financeiros e Comerciais.

107. A assinatura do memorando de entendimento estava prevista para ocorrer à margem da II Reunião de Ministros de Energia da CPLP, realizada em Foz do Iguaçu, em 22/11/2017, mas foi frustrada pelo cancelamento da participação no evento do então ministro português de Economia, Manuel Caldeira Cabral. A celebração do instrumento foi reprogramada para acontecer durante missão a Lisboa do ministro de Minas e Energia, Moreira Franco, no período de 14 a 17 de outubro de 2018, mas foi igualmente adiada, em função de reforma ministerial empreendida à véspera da missão, que resultou na demissão do ministro Caldeira Cabral e na transferência dos temas de energia para o renomeado Ministério do Ambiente e da Transição Energética.

GRUPOS DE ESTUDOS SOBRE MINERAIS METÁLICOS NÃO-FERROSOS

108. Lisboa é sede de três grupos de estudos sobre minerais metálicos não-ferrosos, a saber, os Grupos Internacionais de Estudos sobre o Cobre, sobre o Níquel e sobre o Chumbo e o Zinco (respectivamente, ICSG, INSG e ILZSG, pelas siglas em inglês). Os grupos realizam anualmente duas reuniões nesta capital, uma a cada semestre, individualizadas por grupo, havendo em cada ocasião uma sessão conjunta dos três grupos. As reuniões têm caráter eminentemente técnico, consistindo em foro altamente especializado para discussão entre representantes governamentais e do setor privado que lidam diretamente com a produção e o comércio dos referidos metais.

109. Não houve participação de representantes do Ministério de Minas e Energia (MME), pasta responsável pelo tema no Brasil, em nenhuma das reuniões realizadas durante minha gestão no posto. Nesse período, a participação governamental brasileira sempre esteve a cargo de diplomata da Embaixada, com o ocasional acompanhamento de algum representante dos respectivos setores da indústria no Brasil. Nesse sentido, a presença de representante do MME elevaria o nível da participação brasileira nas reuniões, com ganhos para os setores vinculados aos mercados de metais.

VISITAS BILATERAIS

110. A Embaixada prestou apoio para o agendamento de encontros e/ou acompanhou visitas de autoridades e representantes do setor energético a Portugal, entre as quais se destacam, em ordem cronológica:

- Visita a Lisboa do então secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do MME, Eduardo Azevedo, em 15/02/2017, ocasião em que se reuniu com o secretário de Estado da Energia de Portugal, Jorge Seguro Sanches, com o objetivo, entre outros, de trocar experiências sobre eficiência energética. Na ocasião, o lado português propôs a assinatura de memorando de entendimento em matéria de energia e estendeu convite para visita do ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, a Portugal.

- Visita a Lisboa da diretora-presidente da União da Indústria de Cana-de-açúcar (UNICA), Elizabeth Farina, em 17/02/2017, com vistas a tratar com interlocutores do governo

português de proposta de diretiva europeia sobre energias renováveis (conhecida como "RED II") e do Acordo de Associação Mercosul-UE.

- Visita a Lisboa da chefe de Gabinete do então diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Nara Rúbia de Souza, 19 e 23 de junho de 2017, para participar da "9th OECD Conference on Measuring Regulatory Performance" e manter encontro com interlocutores da "Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), contraparte portuguesa com a qual a ANEEL tem instrumento de cooperação firmado em 10 de julho de 2011.

- Visita a Portugal do então Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), José Jurhosa, em outubro de 2017, com o objetivo de conhecer a iniciativa de cidade inteligente "Évora InovCity", da Energias de Portugal (EDP), com agenda montada pela Embaixada.

- Missão a Portugal do então ministro de Minas e Energia, Wellington Moreira Franco, no período de 14 a 17 de outubro. Seus encontros incluíram, entre outros, o ministro do Ambiente e da Transição Energética, João Pedro Fernandes; o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Portas; os presidentes das empresas Energias de Portugal (EDP), António Mexia; Galp Energia, Carlos Gomes da Silva; e grupo Mota-Engil, Gonçalo Moura Martins; e os presidentes da Confederação Empresarial de Portugal, António Saraiva, e da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Brasileira, Francisco Murteira Nabo.

PROMOÇÃO CULTURAL

111. A difusão da cultura brasileira não só em Lisboa, mas em Portugal, tem sido uma das atividades mais intensas do posto, com múltiplas iniciativas em diferentes ramos culturais, como música, dança, teatro, literatura, artes visuais, cinema, dentre outros.

112. Nesse sentido, a Embaixada tem desenvolvido iniciativas próprias, de grande relevo, bem como tem prestado apoio institucional e financeiro a diversos projetos de instituições parceiras que divulgam aspectos da cultura brasileira neste país. Cumpre ressaltar a singularidade do grande e permanente interesse dos portugueses por manifestações culturais do Brasil, situação potencializada por nossos laços históricos e linguísticos.

113. De outubro de 2016, quando assumi a Chefia do posto, ao presente momento, procurei que a Embaixada priorizasse iniciativas de qualidade que contribuíssem para a promoção de campos culturais, cuja excelência de artistas brasileiros fosse menos conhecida do grande público. Ademais, o posto promoveu, com grande êxito, exposições de arte, mostras de cinema e espetáculos que muito contribuíram, a meu ver, para o alargamento do interesse do público local pela cultura brasileira.

114. Dentre as iniciativas que, julgo, merecem destaque particular, estão:

- a) a participação da Embaixada na Feira do Livro de Lisboa, evento que conta, anualmente, com público superior a 500 mil pessoas. O estande do posto é parte do tradicional circuito de visitas do Presidente Marcelo Rebelo de Sousa quando da abertura da feira;

- b) a realização da 1ª Mostra de Cinema do Brasil em Lisboa, em julho de 2018. Apesar da constante presença de produções nacionais nos diversos Festivais de Cinema que

ocorrem nesta capital, essa foi a primeira Mostra a contar somente com filmes brasileiros, empreendida pelo posto;

c) a realização da exposição itinerante do Museu da Língua Portuguesa "A Língua Portuguesa em Nós", no MAAT – Central Tejo, em outubro de 2018. A exposição abriu em Lisboa após cumprir etapa africana, em Cabo Verde, Angola e Moçambique, e atraiu mais de 8 mil visitantes durante as três semanas em que esteve aberta ao público;

d) a realização do espetáculo de dança "Duelo", com o bailarino Thiago Soares e o maestro Marcelo Bratke, no Teatro Tivoli BBVA, em 20 de fevereiro de 2019. O evento, iniciativa do posto, contou com bilheteria esgotada (1.200 espectadores) e evidenciou o talento de artistas brasileiros no campo da música erudita e do ballet clássico;

e) a realização da exposição "Aquarelas do Descobrimento", de Carybé, no Palácio da Independência, ainda em cartaz, após abertura ao público em 9 de março último. A mostra, que trouxe para Portugal conjunto de 52 aquarelas do artista plástico brasileiro que nunca haviam sido expostas no exterior, já conta com mais de 1.000 visitantes.

115. Ademais dos eventos listados acima, julgo digno de nota o apoio do posto aos principais Festivais de Cinema de Lisboa. Os referidos apoios não só permitiram maior presença do cinema nacional nos eventos, como viabilizaram a presença na cidade de atores, diretores e produtores brasileiros quando da realização dos festivais.

116. Ressalto, ainda, o fato de que produções audiovisuais nacionais são correntemente vencedoras das competições principais dos mencionados Festivais, bem como recebem recorrentes menções honrosas dos jûris.

117. A música brasileira integra, de forma já tradicional, a agenda cultural portuguesa, frequentemente lotando as mais tradicionais casas de espetáculo. São inúmeros os concertos realizados por artistas brasileiros, de todos os gêneros, não só em Lisboa como por todo o país. A presença de músicos nacionais vivendo em Portugal nos últimos anos reforça o mencionado fenômeno.

118. A título de ilustração, menciono que nos últimos 12 meses se apresentaram em Portugal cantores como Maria Bethânia, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Gal Costa, Chico Buarque, Zeca Pagodinho, Luan Santana, Bebel Gilberto, Anitta, Vanessa da Matta, Nando Reis, Roberta Miranda, Os Tribalistas, Jota Quest, entre outros. São, igualmente, realizados em Portugal os festivais Rock n' Rio e Villa Mix, ambos com grande afluência de público.

119. Ademais, destaco o reiterado apoio da Embaixada para viabilizar apresentações musicais de artistas brasileiros em espaço culturais de porte médio. Cito como exemplo de eventos ocorridos no último ano o Clube do Choro, no Museu do Fado, em março de 2018, o pianista André Mehmari, no Hot Club de Lisboa, em setembro, o violonista Guinga e o duo Bossa Primos, na Casa da América Latina, respectivamente em abril e setembro, o cantor Bernardo Lobo, no lançamento de seu CD "C'alma", no Teatro do Bairro em outubro.

120. No campo da literatura, autores brasileiros são amplamente editados em Portugal, sendo algumas de suas obras parte do Plano Nacional de Leitura adotado pelas escolas, como é o caso de Jorge Amado ("O Gato Malhado e a Andorinha Sinhá") e do quadrinista Marcelo D'Saete ("Cumbe"), que cito a título de exemplo.

121. Além de contribuir com os principais festivais literários portugueses, como o FOLIO (Óbidos), Correntes d'Escritas (Póvoa do Varzim, cidade-natal de Eça de Queiroz) e POEIRAS da Língua Portuguesa (Lisboa), a Embaixada também atua no processo de lançamento de livros, dos quais são exemplos "Força estranha", de Nelson Motta; "Naquela Língua – cem poemas e alguns mais", antologia organizada por Francisco José Viegas; "O Cachorro e o lobo" e "Pelo fundo da agulha", ambos de Antonio Torres, e "Vera Cruz", primeira biografia romanceada de Pedro Álvares Cabral, escrita pelo historiador português João Morgado.

122. Merece destaque, neste campo, a parceria entre a Embaixada e a editora portuguesa POLVO, no âmbito da Amadora BD, principal evento de literatura em quadrinhos de Portugal. A presença de autores brasileiros no evento é sempre muito requisitada e objeto de matérias na imprensa. Ressalto o apoio do posto à vinda do quadrinista Marcelo D'Salete na edição de 2018 do festival, dias antes de D'Salete ser agraciado com o Prêmio Jabuti pela obra "Angola Janga".

123. No tocante às artes visuais, a Embaixada concedeu apoio para a viabilização de galerias e artistas brasileiros na "ArcoLisboa" (feira de arte contemporânea), bem como apoiou diversas mostras individuais. Destaco o apoio na realização da exposição "Modernismo Brasileiro na Coleção da Fundação Edson Queiroz", no prestigioso Museu Berardo, durante os meses de outubro e novembro de 2017. A Mostra reuniu um magnífico acervo de todos os principais artistas plásticos brasileiros de 1920 a 1960, como Tarsila do Amaral, Ligia Clark, Hélio Oiticica, Di Cavalcanti e Portinari.

124. Julgo ser digno de destaque o apoio concedido à exposição "Infinito vão - 90 anos de arquitetura moderna no Brasil", realizada pela renomada Casa da Arquitectura, de Matosinhos. Segundo seus organizadores, trata-se da maior mostra já realizada sobre arquitetura moderna brasileira. A exposição contou com curadoria dos brasileiros Fernando Serapião e Guilherme Wisnik. Proferi discurso no evento de abertura, ao lado de personalidades como os arquitetos Paulo Mendes da Rocha e Álvaro Siza Vieira, ambos laureados com o Prêmio Pritzker.

125. No campo do teatro, o interesse do público português por peças brasileiras é permanente. O grande número de atores brasileiros atualmente residindo em Lisboa tem multiplicado o número de espetáculos na cidade. A Embaixada tem prestado apoio financeiro pontualmente e apoio institucional e de divulgação em todos os casos. Registro, com satisfação, o apoio concedido a edição de 2019 do FITA – Festival Internacional de Teatro do Alentejo, maior evento do gênero no país, ocorrendo simultaneamente em 15 cidades alentejanas.

126. Por fim, registro que a ausência de espaço cultural próprio nesta capital é um limitador da atuação do posto, tendo em vista o alto perfil construído pela Embaixada na cena cultural lisboeta. A possibilidade de aluguel de espaço multicultural contribuiria, de forma decisiva, para ampliar o número de iniciativas próprias a serem desenvolvidas pelo posto.

TEMAS EDUCACIONAIS

127. As relações educacionais entre Brasil e Portugal são caracterizadas por intenso dinamismo, intensificado pela língua comum e pelas afinidades culturais existentes entre os dois países. Ao longo dos últimos anos, a Embaixada buscou fortalecer e ampliar, sempre que possível, o estabelecimento de parcerias entre universidades portuguesas e brasileiras.

128. Atualmente, a população de alunos brasileiros inscritos em instituições de ensino superior em Portugal é de cerca de 13 mil alunos. Embora este já seja um dado expressivo, estima-se que o número de alunos brasileiros cursando os ensinos fundamental e médio seja ainda maior. A dificuldade de obtenção de dados precisos nestes casos deve-se ao fato de que a maior parte dos alunos não goza de vistos de estudante, mas, sim, de residentes, em função dos vistos de seus pais.

129. O incremento do número de alunos brasileiros em Portugal pode ser medido pelo considerável aumento do volume de declarações emitidas pelo Setor Educacional do posto. Enquanto em 2016, foram emitidas 2.955 declarações e realizados 2.720 atendimentos presenciais, em 2018, foram 5.580 declarações e 6.985 atendimentos.

130. Ressalto que os dados acima somente levam em consideração os atendimentos feitos de forma presencial, não contabilizando aqueles realizados por telefone e/ou correio eletrônico, que ocorrem na mesma proporção.

131. No corrente exercício, até a presente data já foram emitidas 1.600 declarações, superando a marca de 500 declarações por mês, o que tem gerado desafios importantes para o bom funcionamento do Setor, tendo-se em conta a inexistência de sistema de informática que auxilie na elaboração dos documentos.

132. Permanece como ponto relevante na relação bilateral o fato de os alunos brasileiros pagarem anuidades superiores aos demais alunos provenientes de países de língua portuguesa nas universidades locais. A diferença no valor cobrado pode chegar o sete vezes o valor cobrado de alunos portugueses.

133. A justificativa oferecida pelas universidades é a de que o Estatuto do Estudante Internacional, promulgado por Portugal em 2014, não inclui o Brasil na lista de países cujos nacionais teriam direito, em determinados casos, ao pagamento de anuidades semelhantes à dos alunos portugueses.

134. A Embaixada tem estado em contato constante com autoridades e universidades portuguesas, em busca de esclarecer questões relativas ao tema e encaminhar soluções para as demandas dos alunos brasileiros.